



## RURAL-URBANO NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS: UM OLHAR SOBRE A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Eixo 05 – Educação, Comunicação, Informação, Direitos Humanos e Cidadania

Leonardo da Silva SANTOS<sup>1</sup>

Patrícia Barros PINHEIRO<sup>2</sup>

Vinícius Silva SANTOS<sup>3</sup>

Fredson Pereira da SILVA<sup>4</sup>

### RESUMO

Esse artigo objetiva fazer uma análise comparada dos os Projetos Políticos-Pedagógicos de duas escolas públicas de Petrolândia-PE, nos contextos rural e urbano, tomando como diretriz a abordagem temática socioambiental e sua contribuição para uma educação ambiental contextualizada no Semiárido. A pesquisa se configura como qualitativa, que menciona as questões ambientais por meio de análise documental, buscou compreender os projetos institucionais e municipais associados aos PPPs em questão, pois isso auxiliaria na compreensão de como as questões ambientais são incorporadas nos documentos educacionais. Os resultados dessa análise comparada, evidenciou fragilidades e potencialidades em ambos os contextos, destacando a urgência de ressignificar os PPPs como instrumentos vivos, capazes de integrar território, cultura local e educação ambiental crítica, capaz de revisitar o campo das práticas pedagógicas contextualizadas que contribuam para a formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade e a transformação social no Semiárido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental; PPPs; Escola; Saberes. práticas.

### ABSTRACT

This article aims to provide a comparative analysis of the Political-Pedagogical Projects of two public schools in Petrolândia, Pernambuco, in rural and urban contexts, guided by a socio-environmental thematic approach and its contribution to contextualized environmental education in the Semi-arid region. This qualitative research addresses environmental issues through documentary analysis. It sought to understand the institutional and municipal projects associated with the PPPs in question, as

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia- UNEB-DEDC VIII; Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA; FORPEC - Grupo de Pesquisa em Formação de Professores, Educação e Contemporaneidade; e-mail: leonardo.ibo13@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Estado da Bahia- UNEB-DEDC VIII; Doutora em Oceanografia-UFPE e Professora Permanente no Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA; FORPEC - Grupo de Pesquisa em Formação de Professores, Educação e contemporaneidade; e-mail: ppinheiro@uneb.br

<sup>3</sup> Universidade do Estado da Bahia- UNEB-DEDC VIII; Doutor em Educação-UFS e Professor Permanente no Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA; FORPEC - Grupo de Pesquisa em Formação de Professores, Educação e Contemporaneidade; e-mail: vssantos@uneb.br

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Doutor em Geografia-UECE e Professor Permanente no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional - PROFGEO; PAISAGEO - Grupo de pesquisas em Geografia de Paisagens Tropicais; e-mail: fredson.silva@ufpe.br



this would aid in understanding how environmental issues are incorporated into educational documents. The results of this comparative analysis highlighted weaknesses and strengths in both contexts, highlighting the urgent need to reframe PPPs as living instruments capable of integrating territory, local culture, and critical environmental education. This approach can revisit the field of contextualized pedagogical practices that contribute to the development of individuals committed to sustainability and social transformation in the Semi-arid region.

**KEYWORDS:** Environmental Education; PPPs; School; Knowledge. Practices.

## 1 Introdução

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como um instrumento central na organização da escola e na definição de seus princípios, objetivos e práticas, refletindo as concepções pedagógicas e sociais que orientam a instituição (VEIGA, 2002). Ao mesmo tempo, o debate sobre a relação campo-cidade tem ganhado destaque no contexto educacional, especialmente quando se observa a maneira como os territórios são representados e valorizados nos documentos escolares. No semiárido brasileiro, essa discussão assume contornos particulares, dada a coexistência de dinâmicas rurais e urbanas marcadas por desigualdades socioeconômicas e ambientais.

A educação, nesse cenário, é desafiada a considerar os diferentes modos de vida e as especificidades territoriais na formulação de propostas pedagógicas. A inserção da dimensão socioambiental nos PPPs se torna, portanto, fundamental para promover uma educação contextualizada e crítica, capaz de dialogar com os problemas locais e globais (CARVALHO, 2008). Em municípios como Petrolândia, em Pernambuco, a diversidade dos espaços urbano e rural – exige das escolas um olhar atento às realidades ambientais e sociais, reforçando a importância de políticas educacionais que valorizem a diversidade territorial.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como os espaços urbano e rural são representados nos Projetos Político-Pedagógicos de escolas públicas localizadas em Petrolândia-PE, semiárido brasileiro. Ela ainda tem por objetivo, analisar os Projetos Políticos-Pedagógicos de duas escolas públicas de Petrolândia-PE, nos contextos rural e urbano, tomando como diretriz a abordagem temática socioambiental abordam a temática socioambiental e sua contribuição para uma educação ambiental contextualizada no Semiárido. Ao analisar a abordagem socioambiental presente nesses documentos, busca-se evidenciar em que medida as escolas reconhecem e incorporam as especificidades territoriais de seus contextos – o que é fundamental para a construção de uma educação ambiental crítica e situada.



A proposta também se alinha às diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), que destaca a importância de práticas pedagógicas voltadas à transformação social e à valorização do território. Além disso, contribui para o fortalecimento de uma educação contextualizada, conforme defendido por Arroyo (2012), ao valorizar os saberes locais e as experiências comunitárias como parte do processo formativo.

Considerando o papel estratégico do PPP na orientação da prática pedagógica, a análise crítica desses documentos permite refletir sobre os avanços e limitações da inserção das questões socioambientais na educação básica, sobretudo em contextos vulneráveis como o semiárido. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) indicam que a educação socioambiental deve ser crítica e emancipatória, sendo importante incorporá-la ao currículo. Quando aliada ao PPP, pode facilitar ações que promovam o cuidado ambiental, o reconhecimento das tradições locais e a associação entre o urbano e o rural. Esse trabalho é resultado da pesquisa de mestrado, (em execução) no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no *Campus* Paulo Afonso.

## 2 Referencial teórico

A educação socioambiental precisa ser vista como um procedimento formativo que une de forma crítica as partes da ecologia, da sociedade e da cultura de um lugar. Esse entendimento estar ligado à crise de pensamento e cultura pedindo por uma educação crítica e que liberta as pessoas (LEFF, 2001). Carlos Rodrigues Brandão (2007), diz que ensinar é uma ação cultural bem ligada na vida diária, que pede a atenção para saberes locais e experiências da comunidade.

Juntando-se a essas perspectivas, Félix Guattari (1990) sugere a Ecosofia como uma ética que une as dimensões do pensar a complexidade ambiental, social e pessoal, fazendo uma educação do cuidado, da escuta e do pertencer ao lugar. No final, Freire (1996), se inspirando na pedagogia crítica, apoia um ensino firme com a leitura do mundo, troca social e raiz do sujeito no seu real. Arroyo (2007) salienta que o campo não deve ser visto como um espaço do atraso, e sim como território de sujeitos históricos portadores de saberes e culturas próprias, cujas demandas educacionais carece pelo reconhecimento ou respeito. Para Caldart (2004) a escola do campo deve ser rompida com modelos urbanos homogeneizantes e construir um currículo o que dialoga com vida do rural com seus tempos lutas identidade.



Nesse mesmo sentido, Molina e Jesus (2012) reforçam a importância de políticas públicas que juntem campo e cidade sem apagar suas especificidades, promovendo uma educação que ligue inclusão justiça social e pertencimento territorial. Assim, pensar a relação entre campo e cidade na educação pede superar hierarquias e reconhecer a diversidade de territórios, práticas e sujeitos que fazem o tecido social brasileiro.

“O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é fundamental para a construção da identidade escolar, pois expressa os valores, princípios e a visão de educação que a comunidade escolar deseja desenvolver. Por meio do PPP, a escola organiza suas práticas pedagógicas, culturais e sociais, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a coesão entre os membros da comunidade educativa” (SILVA, 2018, p. 45).

A educação contextualizada no semiárido, foca na necessidade de adaptar as práticas pedagógicas aos componentes ambientais, sociais e culturais da região, levando em consideração os conhecimentos tradicionais e a experiência dos estudantes locais. Esse método, promove uma aprendizagem significativa que fortalece a identidade regional e promove a convivência duradoura com o semiárido (ALMEIDA, 2010; LIMA, 2014).

A proposta de uma educação contextualizada no Semiárido, envolve o reconhecimento da diversidade cultural e dos saberes populares das comunidades locais, articulando-os aos saberes escolares, a fim de promover a autonomia e a cidadania dos atores rurais (OLIVEIRA; SILVA, 2017). Educar no Semiárido é mais do que uma simples adaptação de conteúdo; exige a compreensão da história, do clima, da economia e da cultura da região, o que transformará o processo educativo em um instrumento de transformação social (SANTOS; LIMA, 2013).

### 3 Metodologia

Este estudo tem como fundamento **a abordagem qualitativa** de pesquisa e a **pesquisa documental** como método principal, além de uma abordagem qualitativa, com foco em uma revisão narrativa, pois os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas analisadas são documentos oficiais que mostram a identidade, as diretrizes e as metas educacionais de cada instituição. Essa metodologia é essencial para estudos que buscam analisar políticas, organizações e práticas formalizadas (GIL, 2019). A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela possibilidade de compreender as representações e significados atribuídos à relação rural-urbana e às questões socioambientais nos documentos escolares (MINAYO, 2001).



Desse ponto de vista, optou-se pela **revisão narrativa** como estratégia para o embasamento teórico e compreensão do estado da arte sobre os temas: educação ambiental, educação no campo e na cidade, e o papel dos PPPs na organização da prática pedagógica. Esse tipo de revisão permite um olhar interpretativo e contextualizado sobre os principais conceitos, com liberdade analítica para articular diferentes fontes e autores (RYLE, 2009; SOUZA et al., 2010).

Dessa forma, a análise dos dados empíricos foi realizada por meio da **análise de conteúdo**, conforme proposta por Bardin (2011), a partir da leitura flutuante, codificação e categorização temática do material. A escolha dessa técnica possibilita identificar, sistematizar e interpretar as categorias presentes nos PPPs, especialmente aquelas relacionadas à abordagem do território (campo e cidade) e às dimensões socioambientais. O processo analítico seguiu três etapas: (1) pré-análise dos documentos, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados e interpretação. As escolas selecionadas pertencem à rede pública municipal e foram escolhidas com base em sua localização geográfica: uma situada na zona urbana e outra na zona rural de Petrolândia-PE. Ambas oferecem Ensino Fundamental II, (anos finais).

### 3.1 Caracterização do Território de Estudo

Este estudo foi realizado no município de Petrolândia – PE, localizado dentro do quadrante das seguintes coordenadas geográficas: Latitude – 08°58’45” Sul, e Longitude – 38°13’10” Oeste. Os municípios limítrofes são: Floresta (N); Jatobá (S); Tacaratu (L); estado da Bahia (O). Encontra-se inserido na microrregião de Itaparica, no nordeste brasileiro, sob a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que também é drenada pela bacia do Rio Moxotó. Apresenta como vegetação típica a caatinga hiperxerófila, com um clima tropical semiárido quente e seco (IBGE, 2010). Veja na figura 01 a seguir.

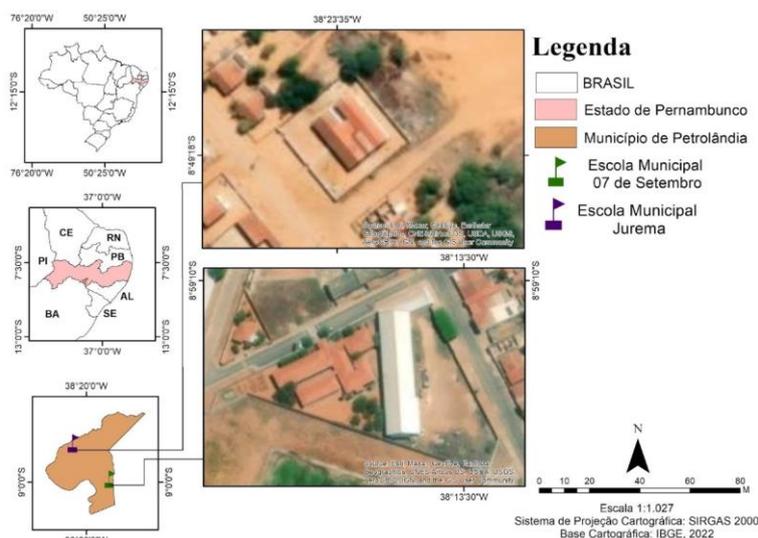




Imagem 01: Mapa de localização das escolas no espaço rural e urbano no município de Petrolândia/PE

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025

O município fica a cerca de 430 km de distância da capital do estado, Recife. Seu território é de aproximadamente 1.057 km<sup>2</sup> e sua altitude média é de cerca de 300 metros. O clima é considerado quente e seco, com precipitação irregular e temperaturas médias elevadas, sendo predominantemente coberto por vegetação de caatinga (IBGE, 2022). Geograficamente, o município é banhado pelo Rio São Francisco, tendo sido profundamente impactado pela construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, que levou à formação do Lago de Itaparica e ao deslocamento do antigo centro urbano para a atual área planejada. A nova configuração urbana surgida no final da década de 80, que alterou significativamente o modo de vida da população, ainda se fez sentir na forma de uma identidade territorial, espaço organizado e infraestrutura básica (CHESF, 2021).

Do ponto de vista social, a economia local é majoritariamente derivada da agricultura irrigada, facilitada pelo Perímetro Irrigado Apolônio Sales, administrado pela CODEVASF. O cultivo de frutas concentra-se principalmente na produção de banana, coco, melão e manga, todas destinadas ao mercado interno e externo. O município também se dedica a atividades significativas nas áreas de comércio, serviços, agricultura familiar e pesca artesanal (CODEVASF, 2023).

Na educação, o IDEB ainda está abaixo do esperado. Em 2021, a média de estrelas nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais foi de 4,5, abaixo da média nacional de 4,9 estabelecida para todo o período (INEP, 2022). Essas métricas refletem desigualdades históricas e estruturais, que afetam diretamente o avanço educacional e social da população local. É fundamental reconhecer que, embora o centro urbano seja prioritariamente voltado para serviços, grande parte dos alunos da rede pública de ensino é oriunda de comunidades rurais ou de áreas periféricas. Esses alunos necessitam de políticas públicas e práticas educacionais que reconheçam sua diversidade territorial e cultural, e valorizem sua necessidade de serviços.

A região rural é caracterizada por assentamentos, pequenas propriedades e áreas dedicadas à irrigação agrícola, cujo foco principal é o cultivo de frutas (banana, coco, manga e melão), hortaliças e, em certa medida, pecuária. A agricultura familiar é central para a economia local, mas apresenta problemas de acesso à água, comercialização e assistência técnica. Mesmo com a infraestrutura



associada ao perímetro irrigado, o acesso desigual à água entre agricultores reassentados e áreas não irrigadas continua a persistir.

O espaço urbano, especialmente a região periférica, abriga uma população diversificada que inclui tanto moradores urbanos, quanto rurais que migraram devido ao êxodo rural, para se aprimorarem e terem acesso a serviços básicos. Essa urbanização, no entanto, carece da necessária expansão da infraestrutura urbana, o que gerou problemas nas áreas de saneamento, habitação, emprego, transporte e educação, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade social.

A relação entre áreas urbanas e rurais em Petrolândia, no sertão pernambucano, não é binominal, mas sim, de espaços que se interpenetram e se sobrepõem. Há grande circulação de pessoas, bens e tradições culturais entre esses dois territórios, o que demanda a criação de políticas públicas integradas, que levem em conta as especificidades locais. Por exemplo, no campo educacional, muitas crianças e adolescentes que vivem em comunidades rurais, frequentam escolas localizadas em áreas urbanas, o que demonstra a importância de considerar o contexto e o espaço em uma educação que reconheça a mobilidade dos sujeitos e as diferentes realidades por eles vivenciadas.

### **3.1.1 Escola Municipal Jurema - Zona rural**

A Escola Municipal Jurema, está localizada na Agrovila 02 - Bloco 04 - Projeto Icó Mandantes, a cerca de 37 km (Google Maps) da cidade. Está registrada com o seguinte Código do INEP:26042290. Pode chegar até lá, por meio da BR 316, ou da atual Rodovia Municipal Vital Cavalcanti Novaes (Cinturão Verde), que atravessa a zona rural de Petrolândia, no sertão de Pernambuco, feita recentemente. No espaço rural em Petrolândia/PE, a escola foi construída pela CHESF em convênio firmado com o Governo do Estado. Ela foi finalizada no ano de 1998 com o nome Escolas Reunidas Jurema, sendo municipalizada em 27 de outubro de 2000, onde tornando-se uma instituição pública, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, e finalmente foi inaugurada no dia 27 de outubro de 2000 pelo então Prefeito Francisco Simões de Lima.

Atualmente, a escola conta com a gestão da Professora Maria das Graças de Azevedo Barros, desde 2021. De acordo com o PPP da escola, ela atende aproximadamente 257 alunos (2024) nos turnos vespertino e matutino, divididos nas turmas do 6º ano ao 9º ano do fundamental II, incluindo uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), abrangendo alunos de agrovilas do Projeto Icó-Mandantes. A escola possui um qualificado quadro de docentes, servidores e



funcionários, sendo 19 servidores entre efetivos e contratados, dos quais 10 são professores e 02 são auxiliares. Todavia, segundo a gestora escolar, a escola atualmente conta com apenas 179 alunos, divididos em 8 turmas. (BARROS, 2025).

A Escola Municipal Jurema, tem uma estrutura física ampla, oferecendo um lugar que, em vários pontos, ajuda no aprendizado. Conta com uma sala de direção, uma de secretária, seis salas de aula, sala para Atendimento Educacional Especializado (AEE), banheiros para funcionários alunos e banheiros adaptados para PCD, além de pátio coberto, quadra coberta e uma cantina. (PPP, 2024). Contudo, algumas acomodações ainda têm problemas que podem afetar o dia a dia escolar e o aprendizado dos alunos. A sala dos professores, a cantina do colégio e a livraria estão em condição ruim, o que pode diminuir a boa qualidade do trabalho de ensinar e a entrada a materiais de estudo. Também o pátio aberto não está bem cuidado, o que reduz seu uso para atrações ao ar livre. Nessa agrovila, há sistema de água tratada, coleta de lixo, energia elétrica e internet. A referida instituição escolar, possui uma vizinhança praticamente residencial, servida de comércio nas proximidades, como: padaria, supermercado, bares e lanchonetes. As principais opções de lazer são: Praia do Sobrado (Praia de água doce), Papagaio (Braço do Rio São Francisco) e as quadras de esporte.



Imagem 02 – Fachada da escola municipal Jurema

Fonte: Registro pessoal dos autores, 2025.

### 3.1.2 Escola Municipal 07 de Setembro - Zona Urbana

A referida escola está localizada na rua Santa Luzia, nº 604, quadra 01, centro de Petrolândia - PE, fundada em 18 de fevereiro de 1999. A escola recebeu esse nome em homenagem a uma data tão importante para nosso país, a independência de Portugal, promulgada em 1822. Inicialmente a escola, atendia o ensino infantil e fundamental (1ª a 4ª série). Em 2010 a escola



passou a ofertar apenas o ensino fundamental, anos finais (6º ao 9º ano). Em relação a estrutura física, a escola conta com uma sala de direção, sala dos professores, secretária, biblioteca, 7 salas de aula, uma cozinha, uma sala de vídeo, um pátio coberto, dois banheiros dos funcionários, 2 banheiros dos estudantes, duas rampas de acessibilidade. Ela não possui quadra de esporte. Professores e alunos utilizam o ginásio Municipal, que fica próximo à escola, para atividades de recreação e pedagógicas.

De acordo com o PPP da escola de 2020, a escola contava com 478 alunos, dividido em 14 turmas, entre os horários matutino (07h30) e vespertino (13h30). A maioria dos discentes, são oriundos das quadras 01, 02 e da área rural do município, com índices de baixa escolarização, grande parte com baixo poder aquisitivo, vivem basicamente de programas sociais. A escola possui uma vizinhança basicamente residual, com presença de comércios, padarias, templos religiosos, espaços de lazer, próximo a orla fluvial, Campo de futebol, etc. Ruas asfaltadas e de fácil acesso. Sua localização se dá em uma parte periférica da cidade, com situações de vulnerabilidade social extremas que interferem no rendimento escolar dos discentes. Segundo o PPP da escola de 2020, a escola é classificada como uma instituição de médio porte, e, portanto, é considerada uma boa instituição escolar.



Figura 03 – Fachada da escola municipal 07 de setembro

Fonte: Registro pessoal dos autores, 2025.

## **4 Análise dos projetos político-pedagógicos (PPPs).**

### **4.1 Presença e abordagem das questões socioambientais nos PPPs**



A análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Jurema, (espaço rural), mostrou uma falta grande de foco nas questões socioambientais, mesmo com a localização estratégica da instituição, em um território onde a ligação com o meio ambiente é uma parte essencial da vida em comunidade. De acordo com seu PPP (2024), a escola faz 8 trabalhos próprios pedagógicos, além de 12 trabalhos municipais, organizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC). Todavia, nenhum dos trabalhos escolares, nem nos municipais foi possível identificar a presença firme de ações, conteúdos ou eixos temáticos que envolvem o tema socioambiental de um jeito profundo e crítico.

Mesmo em um contexto rico em práticas tradicionais relacionadas à agricultura, agricultura familiar, piscicultura e convivência com o semiárido, o PPP desta escola não destaca ações que conectem os alunos aos saberes locais. O documento menciona de forma breve e superficial o conteúdo "ambiental" no projeto de Educação para a Cultura de Paz, mas não propõe objetivos claros, sugestões metodológicas ou conexões interdisciplinares que possam fundamentar uma educação ambiental crítica e contextualizada. Entre os programas implementados, o foco principal tem sido na área de Linguagens, Matemática, Ciências e Artes, com ênfase em atividades voltadas para o desempenho acadêmico, a criatividade e a expressão cultural.

Um outro ponto analisado, foi a programação dentro do “Projeto das Semanas Temáticas”, esse também sugerido pela SEDUC. A programação abrange uma série de celebrações e eventos diversos ao longo do ano letivo. No entanto, nenhuma das semanas analisadas abordou questões ambientais – nem mesmo a Semana Mundial do Meio Ambiente, celebrada em 05 de junho, foi mencionada. Essa omissão destaca ainda mais a ausência de uma agenda ambiental na programação institucional pela Rede Municipal, limitando as possibilidades de conscientização, mobilização e construção de relações coletivas em torno de questões socioambientais urgentes em regiões semiáridas.

Além disso, o projeto não identifica ações que permitam aos alunos se envolverem com a realidade da comunidade, como atividades relacionadas à manutenção de uma horta escolar, práticas de reflorestamento, gestão sustentável da água ou valorização do bioma local. Em suma, o projeto de parceria pública na Escola Municipal de Jurema, embora demonstre dinamismo por meio de diversos projetos, carece de uma abordagem consciente, verificou-se uma abordagem pouco ousada sobre temas socioambientais, o que está em sintonia com os resultados de Cruz et al. (2024), que constataram que apenas uma das muitas escolas analisadas incluía a educação ambiental de forma



integrada no PPP. Essa falta também explicada no estudo de Silva et al. (2016), que defendem que a educação ambiental, por costume, não está institucionalizada nas escolas do semiárido, devido à ausência de ações por parte das gestões municipais e à falta de instrumentos que integrem a gestão escolar. Esse cenário é mais evidente nas áreas rurais, onde a escassez de políticas públicas e a falta de formação contínua para os professores reforçam a fragilidade das iniciativas sustentáveis dentro do ambiente escolar.

A análise do PPP da Escola Municipal 07 de Setembro (espaço urbano), mostra que ela possui uma abordagem mais significativa e proativa às questões socioambientais do que outras escolas municipais. A escola se propôs a desenvolver sete projetos institucionais próprios e participou de doze projetos municipais, sugeridos pela Secretaria de Educação (SEDUC). Embora o documento esteja relativamente desatualizado, a versão de 2020 do PPP apresenta recomendações mais coerentes na área de educação ambiental.

Entre os projetos mais notáveis em relação às abordagens socioambientais, está a iniciativa da Horta Escolar, que promove a conscientização dos alunos sobre agricultura ambientalmente sustentável, preparo do solo, cultivo de plantas e alimentação saudável. A proposta do projeto é que os alimentos cultivados sejam utilizados na merenda escolar, o que promoveria um senso de responsabilidade, comunidade e contato direto com os ciclos naturais da Terra. Essa prática já era predominante na escola, mas o PPP de 2020 pretendia ressuscitá-la, sob a supervisão de professores de ciências, e essa prática será enfatizada como forma de valor pedagógico e ambiental.

Outro ponto significativo do PPP desta escola, é a inclusão da Semana Mundial do Meio Ambiente, comemorada em 5 de junho. Os objetivos do documento são claros e detalhados, propondo ações que abrangem não apenas a comunidade escolar, mas também as famílias e a área urbana em que a escola está localizada. A proposta é interdisciplinar e envolve temas transversais ao currículo, promovendo a discussão dentro e fora da sala de aula, o que fortalece a educação cívica.

Apesar de o PPP da Escola 07 de Setembro, por ser de 2020 e carecer de atualizações, a abordagem ambiental demonstrada no documento é mais evidente no que diz respeito à abordagem de questões sociais, ambientais e educacionais. A Escola 07 de Setembro, parece ser um exemplo de práticas que, mesmo em área urbanas e periférica, busca se conectar com a realidade ambiental e social local. Nesse sentido, vale ressaltar que, apesar de desafios como as baixas notas do IDEB e o grande número de alunos oriundos de áreas rurais, a referida instituição demonstra sensibilidade ao contexto e propõe projetos que envolvem os alunos em questões ecológicas e de sustentabilidade.



A ideia de um ensinamento ambiental, é importante, como diz Loureiro (2006), não para só em passar dados sobre o meio ambiente, mas quer fazer pessoas que entendam seu papel social, político e ecológico no mundo, podendo entender e mudar a realidade onde vivem. Diante do exposto, essa escola apresenta propostas mais estruturadas e objetivos pedagógicos claros sobre o tema ambiental, o que reforça o que Severiano e Saldanha (2024) defendem em seu estudo, ou seja, que projetos escolares bem elaborados são caminhos eficazes para integrar a educação ambiental nas práticas da escola, mesmo em contextos difíceis.

#### 4.2 Diferenças e aproximações entre o campo e a cidade nos documentos das escolas pesquisadas

Apesar dos diferentes níveis de profundidade das iniciativas ambientais e sociais, ambas as escolas apresentam limitações associadas à integração efetiva entre escola, comunidade e território, especialmente no que diz respeito à participação dos alunos em experiências locais transformadoras. Nenhuma das escolas dedicou estratégias para envolver os alunos em projetos diretamente relacionados à prática da vida produtiva, como a piscicultura ou a conservação da Caatinga, conforme mostra a tabela 01 abaixo. Após as leituras feitas nos planos da Escola Municipal Jurema (espaço rural) e da Escola Municipal 07 de Setembro (espaço urbano), fica claro que é urgente a criação de uma educação ambiental que se ligue ao contexto, que não fique só nas comemorações de algumas datas ou no uso geral de palavras como “meio ambiente”. É importante pensar em um plano educacional que tenha raízes nas realidades tangíveis dos lugares e nas vivências dos indivíduos que vivem no Semiárido Pernambucano, de forma permanente.

**Tabela 01** – Comparativo entre as escolas nas três dimensões da ecosofia

<b>DIMENSÃO</b>	<b>ESCOLA JUREMA (RURAL)</b>	<b>ESCOLA 07 DE SETEMBRO (URBANA)</b>
<b>Ambiental</b>	Relação diária com o meio natural por causa do contexto rural, mas falta de ações planejadas no PPP.	O PPP inclui práticas como a Semana do Meio Ambiente e a horta escolar, promovendo sensibilização ambiental.
<b>Social</b>	Experiência comunitária voltada para a vida no campo, mas com poucas atividades educativas que ajudem a aumentar a conscientização ambiental e o envolvimento com as políticas públicas.	O PPP inclui algumas ações sociais, mas ainda não está totalmente integrado com a comunidade externa e os ODS.



<b>Mental</b>	Experiência no local, mas sem organizar processos que incentivem novas formas de ver e pensar de maneira crítica.	Aborda questões ambientais nas atividades, mas falta uma análise crítica mais profunda e integração interdisciplinar.
<b>Desafios Comuns</b>	Incluir práticas permanentes no PPP, aumentar a formação dos professores e desenvolver projetos que integrem principalmente o seu lugar, o meio rural.	Tornar as ações contínuas, fortalecer o vínculo comunitário e ampliar a articulação com o semiárido.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2025.

As fragilidades mostradas nos PPPs, não podem ser entendidas apenas por falta de menções claras ao meio ambiente, mas refletem condições mais amplas. No campo político, vê-se a falta de políticas públicas sólidas que incentivem e garantam a presença da educação socioambiental em todas as áreas, o que enfraquece a autonomia das escolas nesse assunto. Do ponto de vista econômico, a falta de recursos financeiros e materiais limita a realização de projetos constantes e adaptados ao contexto, fazendo com que as ações fiquem concentradas em iniciativas isoladas. Esses fatores, combinados, mostram que os desafios não estão apenas no documento, mas na própria realidade social, mental e ambiental das escolas, alinhando-se com a perspectiva ecosófica de Guattari.

## 5 Considerações finais

Conclui-se que é preciso dar continuidade de modo correto implementando as mudanças ambientais, incluindo a escuta ativa da comunidade escolar e o envolvimento dos estudantes em processo reais dentro do espaço urbano-rural, como projeto de arborização, mutirões de limpeza, campanhas para reduzir resíduos, ligações com associações do bairro, dentre outros, para pensar a educação contextualizada e revisitar a escrita/prática dos PPPs com base na abordagem ambiental, pautada nas dimensões ecológicas, políticas e sociais da ecosofia.

Apesar das diferenças, as duas escolas têm problemas em comum, como a gestão municipal que concentra os projetos, falta de diálogo com a comunidade local e práticas educativas pouco ligadas ao território. Esses dados mostram a necessidade de refazer os PPPs como dispositivos vivos e participativos, capazes de juntar saberes locais e tornar mais forte a consciência ambiental dos estudantes. Entende-se que também é necessário assegurar um prazo máximo para a organização e a atualização das atividades nos PPPs das escolas, com a supervisão da comunidade escolar e o engajamento dos alunos em ações para melhorar o lugar onde vivem — tais: plantar árvores, fazer



uma limpeza, reduzir o lixo, reaproveitar a água, colocar em prática os 7R's da sustentabilidade, conectar os espaços rurais e urbanos, falar com as associações locais etc.

Nesse sentido, espera-se que o estudo possa ajudar a repensar sobre o papel dos Projetos Político-Pedagógicos na valorização dos conhecimentos locais e na criação de práticas educativas que promovam a sustentabilidade. Ao mostrar as falhas e as oportunidades nos documentos analisados, a pesquisa destaca a importância de políticas públicas que incentivem uma educação ambiental crítica, ligada ao dia a dia da escola e conectada às realidades sociais e culturais do Semiárido.

## Referências

- ALMEIDA, M. E. B. **Educação contextualizada e realidade social: desafios para o semiárido brasileiro.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 110, p. 351-367, 2010.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 51. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2008.
- CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. **História da Usina Luiz Gonzaga.** Recife: CHESF, 2021.
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Informações institucionais sobre perímetros irrigados.** Brasília: CODEVASF, 2023.
- CRUZ, Cíntia da Silva; SANTOS, Jucimária J. de; LIMA, Paulo Sérgio. **Educação ambiental na escola: análise dos Projetos Político-Pedagógicos da rede pública.** Revista Geotemas, Campina Grande, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufcg.edu.br/index.php/geotemas/article/view/5399> . Acesso em: 17 jul. 2025.
- ESCOLA MUNICIPAL JUREMA. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Jurema.** Petrolândia-PE, Documento interno, 2024.
- ESCOLA MUNICIPAL 07 DE SETEMBRO. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal 07 de Setembro.** Petrolândia-PE. Documento interno, 2020.



FERREIRA, L. M.; NASCIMENTO, A. R. **Educação contextualizada e sustentabilidade no semiárido**. Educação em Debate, Fortaleza, v. 37, n. 69, p. 89-106, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina Franco Ferraz. Campinas: Papirus, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Petrolândia (PE)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolandia/panorama>> Acesso em 05 jul. 2025. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolandia/panorama>. Acesso em: 04 jul. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do IDEB 2021**. Disponível em: <<https://ideb.inep.gov.br>> . Acesso em: 05 jul. 2025.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, A. P. S. **Convivência com o Semiárido: saberes locais e educação contextualizada**. Recife: Editora Universitária, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

OLIVEIRA, J. F.; SILVA, R. M. **Práticas pedagógicas e educação contextualizada no semiárido nordestino**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, p. e220042, 2017.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Petrolândia (PE)**. Brasília: PNUD, 2013.

RYLE, Gilbert. **Pensar bem: uma introdução à lógica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

SANTOS, D. F.; LIMA, J. C. **Educação no semiárido: saberes e práticas de resistência**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 33, n. 91, p. 189-202, 2013.

SEVERIANO, A.; SALDANHA, M. **Educação ambiental e sustentabilidade no contexto do semiárido potiguar**. 2024. Disponível em: [periodicos.uesc.br](https://periodicos.uesc.br). Acesso em: 17 jul. 2025.

SILVA, Marta Maria Aguiar Sisnando et al. **Educação no semiárido brasileiro: contextualizando a educação ambiental como estratégia de desenvolvimento sustentável**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 289-305, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26670> . Acesso em: 17 jul. 2025.

SOUZA, Maria Aparecida de; SILVA, Elza de Fátima; RESENDE, Claudia Regina. **Revisão narrativa: uma alternativa metodológica para a pesquisa em Educação**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 38, n. 27, p. 12-24, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2002.